

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PANDEMIA: ANÁLISE DAS FORMAS DE GESTÃO E ENFRENTAMENTOS DA CONJUNTURA NO BRASIL

CHALLENGES OF BASIC EDUCATION IN THE PANDEMIC: ANALYSIS OF MANAGEMENT FORMS AND COPING WITH THE CONTEXT IN BRAZIL

Rosimeire Maria Fortuna Costa¹

Cintia Neves Godoi²

Edna Maria de Jesus³

Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte⁴

Resumo:

O ano 2020 foi marcado por uma pandemia de proporções históricas, para a qual nenhum setor da sociedade estava preparado. Tão logo os primeiros casos de Covid-19 foram confirmados, as aulas foram suspensas, bem como atividades presenciais em instituições diversas no Brasil e no mundo. A organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no dia 18 de março de 2020, confirmaram que 85 países fecharam totalmente as atividades presenciais para amenizar o contato com o novo coronavírus, atingindo 776,7 milhões de jovens e crianças estudantes, sendo assim, foi optado pelo ensino completamente remoto, decisão tomada após discussão ocorrida em evento que reuniu virtualmente governos de 73 países (UNESCO, 2020). Nesta conjuntura, o presente trabalho fará uma reflexão sobre o impacto que a crise da Covid-19 tem nos diversos setores, especialmente na Educação. Para conseguir enfrentar as mudanças exigidas pelo isolamento, dentre outras formas de lidar com a conjuntura pandêmica, uma das soluções mais debatidas é a utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação - TDIC's, pois o Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus. Diante da situação de emergência gerada e seus reflexos na educação formal houve transformações de diversas ordens técnicas, na forma de ministrar aulas, de acessar os meios digitais, dentre outros aspectos, e estas alterações expuseram uma série de mazelas sociais e econômicas tanto por parte dos discentes, quanto dos docentes e das estruturas das escolas, bem como, da educação como um todo. As transformações aprofundaram e expuseram os problemas sociais, econômicos, dentre outros que já existiam.

Palavras-Chave: Pandemia; Covid 19; Aulas remotas.

Abstract

The 2020 year was marked by a pandemic of historic proportions, for which no sector of society was prepared. As soon as the first cases of Covid-19 were confirmed, classes were suspended, as well as face-to-face activities in various institutions in Brazil and around the world. The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), on March 18, 2020, confirmed that 85 countries have completely closed face-to-face activities to ease contact with the new coronavirus, reaching 776.7 million young people and children students, therefore, completely remote teaching was chosen, in a decision taken after a discussion that took place at an event that virtually brought together governments from 73 countries (UNESCO, 2020). In this context, the present work will reflect on the impact that the Covid-19 crisis had on the various sectors, especially on Education. In order to face the changes required by isolation, among other ways of dealing with the pandemic situation, one of the most debated solutions is the use of digital information and communication technologies - TDIC's, as the Ministry of Education (MEC) through Ordinance No. 544, of June 16, 2020, provided for the replacement of face-to-face classes with classes in digital media, while the pandemic situation of the new coronavirus lasts. Faced with the emergency situation generated and its effects on formal education,

¹ Discente Mestrado Profissional Centro Universitário Alves Faria -E-mail: rosimeire.costa@unialfa.com.br

² Docente Mestrado Profissional Centro Universitário Alves Faria – E-mail: cintia.godoi@unialfa.com.br

³ Docente Graduação em Pedagogia Centro Universitário Alves Faria – E-mail: edna.jesus@unialfa.com.br

⁴ Docente Mestrado Profissional Centro Universitário Alves Faria – – E-mail: dostoiewski.champangnatte@unialfa.com.br

there were transformations of various technical orders, in the way of teaching classes, accessing digital media, among other aspects, and these changes exposed a serie of social and economic ills both on the part of the students, as well as teachers and school structures, as well as education as a whole. The transformations deepened and exposed social and economic problems, among others, that already existed.

Keywords: Pandemic. Covid-19. Impacts on Education, Suspended classes Remote classes. Management. Survival of private schools. Goiânia.

1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan na China. O vírus causador dos diversos casos de pneumonia se espalhou pelo mundo e no Brasil. Os anos de 2020 e 2021 foram marcados por uma pandemia de proporções históricas, para a qual nenhum setor da sociedade estava preparado. No caso da Educação, tão logo os primeiros casos de Covid-19 foram confirmados no Brasil, as aulas foram suspensas no país, assim como ocorria em outros países.

No Brasil, boa parte das instituições suspenderam suas atividades. Diante da situação de emergência gerada pela pandemia, plataformas de gestão de aprendizagem começaram a liberar ferramentas para apoiar o ensino remoto e permitir que estudantes continuassem aprendendo em casa. Para tanto, instituições nacionais, como o Ministério da Educação (MEC) atuaram por meio de portarias - Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 - que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia do novo coronavírus.

A presente proposta de pesquisa tem a justificativa assentada na necessidade de compreensão do modo pelo qual foi enfrentado o paradigma educacional imposto pela pandemia à condução do dia a dia educacional, sobretudo na Educação Básica. Desta forma, mediante uma profunda mudança de cenários, no qual o antigo operava, exclusivamente, por meio das aulas presenciais com aglomerações de alunos, a pandemia impôs o aprimoramento e adequação dos métodos pedagógicos para atender as necessidades dos estudantes que passaram a estudar por meios de comunicação remotos.

Insta salientar que o que se entende por Educação Básica, a partir da análise da legislação brasileira LDB nº 9.394/1996, que está é composta por diversos segmentos, dentre os quais incluem-se a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e médio. Estes, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9394/1996, estão albergados pela condição de direitos humanos e, portanto, um dever do Estado em relação aos cidadãos.

A educação é um importante instrumento para o desenvolvimento de um país. Magalhães (2007) afirma que a sociedade e os governantes têm reconhecido o quanto à educação fortalece a economia de uma nação. Dessa forma, especialmente no Brasil, por ser um país de grandes contrastes econômicos e sociais, priorizar a educação é crucial para fortalecer seu crescimento e reduzir essas desigualdades.

Do ponto de vista regulador, esse reconhecimento é evidenciado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), onde a educação foi introduzida como um dos direitos sociais. O Artigo 205 dessa Carta Magna atribuiu a responsabilidade de prover a educação tanto à família quanto ao Estado, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, a preparação para o exercício da

cidadania e a qualificação para o trabalho. E, ainda em relação às obrigações constitucionais do Estado para com a educação, o documento determina no Artigo 212 que: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988, s/p).

O objeto de estudo dessa dissertação é uma instituição privada, sendo este o Colégio Professora Yolanda, na cidade de Goiânia-GO, localizada no setor urbano que atende a modalidade da Educação Básica, de acordo com censo escolar de 2020 o colégio possui 353 matriculados, sendo que dos alunos matriculados não houve reaprovação e nem evasão. A escola contempla 563,08 pontos no ENEM de 2019, nas áreas de conhecimentos de Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e Códigos. A instituição de ensino completou trinta e dois (32) anos de existência no ano de 2021.

De acordo Cury (2002), as escolas privadas não são alvo de muitas pesquisas, e em boa parte o material levantado concentra análises sobre o Ensino Superior Privado, portanto este estudo também se justifica por apoiar o entendimento do fenômeno da escola privada no Brasil, seus desafios, seu público, dentre outras questões.

O estudo apresenta inquietações sobre como os atuais problemas decorrentes da circunstância pandêmica se soma aos problemas de desigualdades sociais e, todas as mazelas já vivenciadas pela sociedade brasileira, e interferem na vida dos alunos da Educação Básica. Assim, de maneira geral se encontram estudos que apoiam investimentos na educação e especialmente em educação pública, mas a educação privada se coloca no Brasil, em toda sua complexidade e sendo pouco discutida. Estas instituições reúnem grupos de diferentes classes sociais, representando toda a realidade complexa brasileira, em um mesmo ambiente, professores com renda inferior às rendas das famílias dos discentes, como apresentam professores de determinadas áreas com renda superior à das famílias de discentes, como escolas privadas também têm diferentes perfis, como as que atendem famílias que acessam as mais altas rendas do país e outras que embora sejam privadas, atendem famílias com renda média e média baixa.

A realidade das escolas privadas no Brasil se coloca então, não como apenas atendimento de classe com renda mais abastada, bem como também não se apresenta como complementar a escola pública, mas parece ser um fenômeno vinculado à desigualdade, e aos diferentes processos de desvinculação do entendimento do estado como estrutura e instituição responsável pelo bem-estar social, e por proporcionar acesso aos direitos sociais.

Desta perspectiva, historicamente o Estado tem sido manipulado por diferentes governos, agentes nacionais e internacionais em um fenômeno de controle de relações de poder que não possibilitaram a oferta de educação pública gratuita para todos no Brasil. Em cada momento histórico, portanto, atendendo a interesses de grupos ou elites o estado organiza suas estruturas, ou as precariza, dependendo do que se está em jogo.

No âmbito político e econômico a crise do capitalismo global vivenciada nos anos 1970 e as discussões acerca do papel do Estado haviam culminado em uma Reforma Estatal que deu origem ao neoliberalismo (SANTOS, 2010; PERES e CASTANHA, 2006).⁵

⁵ Neoliberalismo é uma expressão derivada de liberalismo, doutrina de política econômica fundada nos séculos XVIII e XIX que teve como orientação básica a não intervenção do Estado nas relações econômicas, garantindo

Mas, ao mesmo tempo em que se questionava o papel do estado, a partir das ideias liberais, também havia grupos que defendiam um estado mais presente e responsável pelas demandas sociais. Desde meados da década de 1970 crescia no Brasil um movimento crítico que reivindicava mudanças no sistema educacional e defendia, entre suas bandeiras de luta, a educação pública e gratuita como direito a ser garantido pelo Estado; a erradicação do analfabetismo e a universalização da escola pública (SHIROMA et al., 2011).

Os movimentos críticos, existentes no Brasil e em diversos países, no entanto, se depararam com nascimento e fortalecimento do neoliberalismo. O neoliberalismo é a política liberal readequada para a era da globalização. Globalização esta, que coloca o mundo em uma mesma agenda econômica (OLIVEIRA, 2010; DALE, 2004).

A eclosão do fenômeno social do neoliberalismo, portanto, releitura do tradicional modelo liberal, estimulou uma supervalorização da iniciativa privada, empresarial, em detrimento do papel desempenhado pelo Estado na condução e no setor de investimentos públicos para com diversos setores, dentre eles a educação. Este fenômeno veio a ser mais largamente aplicado no Brasil a partir das reformas empreendidas nos anos de 1990 (CHAVES, 2010; OLIVEIRA, 2009).

No Brasil, em especial no caso da educação, além do nascimento e expansão das escolas privadas destaca-se a implementação de programas de controle de resultados da performance de alunos e instituições, bem como incremento de parcerias entre Estado-Sociedade (ALMEIDA JÚNIOR, 2001).

As perspectivas decorrentes dos processos de reestruturação e manutenção do sistema capitalista mundial, consequência da internacionalização e globalização da economia e da proposição de medidas de ajustamento econômico e político, favoreceram as relações de mercado, enquanto a população tinha suas necessidades básicas, entre as quais a educação, expressas minimamente pelo Estado em um discurso de promoção e igualdade social.

De acordo com o Censo da Educação Superior em 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a relação candidatos/vaga nas instituições públicas de ensino aumentou de 7,9 para 17,4, no período de 1995 a 2017 (BRASIL, 2019). Porém, como o crescimento envolve gastos, segundo o Relatório do Banco Mundial intitulado “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil de 2017”, o governo tem realizado elevados gastos públicos com educação, principalmente com o Ensino Superior.

Tal modelo de condução pública teve inicialmente como objetivo a redução de gastos com o ensino superior e, posteriormente, se estendeu aos demais níveis educacionais. Portanto, o principal caráter a ser considerado nessa virada ideológica consiste na postura de entender a educação como uma mercadoria e que, portanto, deve ser transacionada pelos particulares, empresários, interessados, e consequentemente os investimentos públicos devem ser mitigados para preservar a saúde dos mercados (FERREIRA; GUGLIANO, 2000).

total liberdade para que os grupos econômicos (proprietários dos meios de produção; burguesia, usando uma definição marxista) pudessem investir a seu modo os seus bens. Na perspectiva liberal, o Estado deixa de regular a relação entre empregador e trabalhador, entre patrão e empregado, entre burguesia e proletariado. Isso fatalmente conduz as relações de produção a uma situação de completa exploração da classe proprietária sobre a classe despossuída (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

Desta forma, a educação tomada como um bem de valor econômico e explorável no mercado, percebe-se os efeitos que redundam em detrimento da educação básica, que passa a ser objeto de peleja de diversos atores sociais interessados em “investir” no ramo educacional. Neste sentido se julga prejudicial, portanto, a delegação quase total da educação às mãos do mercado e da iniciativa privada. No entanto, não obstante existirem disposições legais expressas no sentido de conferir ao Estado o dever de fornecer à população um serviço educacional de qualidade e gratuito, foi criada, no bojo do mesmo texto constitucional, a permissão para que a iniciativa privada pudesse explorar os serviços educacionais como objetos de lucratividade.

Assim, longe de ser um tema que permita apenas o deslocamento dos investimentos, com uma possível profunda crise para a educação privada, sem reflexos para a sociedade, a pandemia expôs e agravou situações dos conflitos sociais e econômicos existentes no Brasil, pois o universo das escolas, públicas ou privadas se coloca como complexo, não sendo possível simplesmente remanejamento de discentes de um tipo de escola para outro, ou desconsiderando a capacidade da estrutura pública de receber e atender as diferentes demandas sociais de um país tão desigual. As escolas privadas atendem também filhos de trabalhadores, com atividades com horários expandidos para dar conta, por exemplo, do tempo que estes necessitam para atuar e se deslocar nas grandes cidades.

Assim, sem pretensão de esgotar o entendimento do investimento e políticas para escolas públicas ou privadas, mas chamando a atenção para a quantidade de elementos envolvidos no debate, este estudo apresenta mais esta justificativa, a importância de olhar para as escolas privadas em sua heterogeneidade e, nas relações de oferta deste direito como enraizado na sociedade, que a partir da Constituição de 1988, permitiu a existência das estruturas de escolas privadas, e desde então, o estado não se apresentou como único agente de oferta deste direito social.

Nesta conjuntura complexa, um dos questionamentos que se coloca é: Alunos e professores possuem as mesmas condições para o andamento das atividades e acesso à Educação Básica neste período de enfrentamento a Covid-19? Quais os desafios enfrentados na educação básica pelas escolas particulares no período da pandemia? E, de que forma estes desafios se apresentam para as escolas de Goiânia-GO, especialmente para as escolas privadas?

Outro questionamento que se faz está relacionado ao número de escolas privadas e públicas em Goiânia-GO como um exemplo, e se as escolas públicas seriam capazes de receber todo o quantitativo de alunos oriundos das escolas privadas, por exemplo, em função do agravamento das crises econômicas da conjuntura brasileira de alto desemprego, aumento do custo de vida, dentre outros fatores. Portanto, analisar os desafios e formas de enfrentamento na educação básica na conjuntura de pandemia no Colégio Professora Yolanda, localizado em Goiânia-GO se apresenta como objetivo geral. Para elencar os objetivos específicos será necessário discorrer sobre os desafios da conjuntura pandêmica para a Educação Básica, analisar as diferenças existentes no enfrentamento dos desafios da pandemia para o grupo dos docentes e dos discentes em um mesmo ambiente escolar, e fornecer subsídios para debate de políticas públicas e enfrentamento dos desafios pelos diferentes grupos que frequentam a escola se apresentam como objetivos específicos.

No que diz respeito à metodologia, o trabalho se apresenta como pesquisa qualitativa, com estudo de caso, com debate teórico conceitual, levantamento bibliográfico e aplicação de questionários com discentes, docentes e gestores.

Para realizar esta discussão a dissertação se divide em três capítulos. O primeiro versa sobre a Educação na Conjuntura Pandêmica. O segundo e o terceiro apresentarão a organização e estrutura da educação básica no Brasil e a metodologia utilizada para elaborar a dissertação. No quarto e último capítulo serão abordados os resultados da pesquisa. Como principais resultados é possível apresentar que o estudo demonstrou que parte do grupo escolar, docentes e discentes não dispuseram de suporte, não receberam materiais, mobiliários e equipamentos para dar conta das atividades na pandemia aponta que uma política por educação de qualidade no país deve ter um olhar para escolas privadas, especialmente para pequenas e médias que atendem a classe trabalhadora. Além disso, proporcionou a ampliação do olhar para a rede de ensino no Brasil, e especialmente a heterogeneidade e complexidade da rede privada de ensino. Foi possível perceber a necessidade das políticas públicas para as escolas privadas, outro fator identificado foi que a classe dos professores, mesmo em se tratando de escola privada precisa de suporte, pois a formação das crianças, jovens e adultos depende de profissionais bem formados, para que o país possa garantir educação de qualidade para todos. Por fim, apresentam-se as considerações finais e referenciais.

2. EDUCAÇÃO NA CONJUNTURA PANDÉMICA

A legislação da Constituição Federal de 88 e na LDB 9394/96, relacionada à educação no país aponta ser direito de todos a participação nos espaços de discussão e de decisão no que concerne à formação da política educacional nacional.

A pandemia provocada pela disseminação do vírus da Covid 19 foi responsável por romper estruturas e comportamentos até então consolidados, ocasionando ondas de desemprego, óbitos, desarranjo social, dentre outros efeitos perniciosos. Desses efeitos surgiu com grande evidência um questionamento social a respeito da qualidade do ensino dispensado aos cidadãos brasileiros, posto que o direito anunciado parece ser muito distante da realidade aplicada nas escolas nacionais.

Diante do isolamento social, determinado com maior ou menor rigor nos mais diferentes países, noticiou-se, logo nos primeiros 30 dias de contágio mundial e massivo do vírus, o alcance do número de 300 milhões de crianças e adolescentes fora da escola. Diante do aumento dos casos, ao final de março a situação já afetava metade dos estudantes do mundo, ou seja, mais de 850 milhões de crianças, em 102 países. Chegando a 1,6 bilhão de crianças e jovens afetados pelo fechamento de escolas, em 191 países, representando 90,2% da população estudantil mundial, os quais enfrentam, como consequência, interrupções no desenvolvimento escolar, de acordo com a UNESCO (OEMESC, 2020).

Para compreender melhor o impacto destes problemas graves, Dutra (2021) aponta que,

Além dos estudantes que não frequentavam a escola, 4.125.429 estudantes afirmaram frequentar a escola, mas não tiveram acesso a atividades escolares. A estimativa é que mais de 5,5 milhões de crianças e adolescentes não tiveram acesso à educação em 2020 (DUTRA, 2021, s.p.).

A pandemia aumentou, portanto, a evasão escolar, o abandono do ensino, e distorção entre idade e série escolar que são problemas recorrentes no cenário educacional brasileiro. Com a pandemia da Covid-19, essa realidade foi acentuada e a disparidade socioeconômica do país ficou ainda mais evidente.

Filho e Araújo (2017, p. 26) apresentam a dimensão do problema evasão escolar, quando se pensa nessa subjetividade da comunidade escolar, ou seja, sobre a história de vida de cada aluno e assim definir ações, principalmente sobre evasão escolar.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no dia 18 de março de 2020, confirmaram que 85 países fecharam totalmente as atividades presenciais para amenizar o contato com o novo coronavírus, atingindo 776,7 milhões de jovens e crianças estudantes, sendo assim, foi optado pelo ensino completamente a distância, decisão tomada após discussão ocorrida em evento que os governos de 73 países participaram virtualmente (UNESCO, 2020).

Diante dessa perspectiva se tornaram imprescindíveis novas estratégias e formas de pensar, conceber e executar as atividades que compõe o processo de ensino e aprendizagem.

[...] historicamente os aparelhos móveis são inimigos da educação por provocar a distração em sala de aula, no entanto, esses aparelhos eletrônicos podem passar de vilão para mocinho, dependendo da utilização dos mesmos no processo de aprendizagem. Atualmente, alguns dispositivos passaram a ser vistos como parceiros, por possibilitar o acesso a informações (MIRANDA; LIMA; OLIVEIRA, et al. 2020).

Segundo o autor Morin (2020) as escolas da Educação Básica e Instituições do Ensino Superior foram levadas a desenvolver ações de educação remota emergencial. Diante deste fato os docentes foram desafiados a repensar seus métodos de ensino, reinventar suas aulas, superar suas dificuldades pedagógicas e tecnológicas.

Diante desse cenário o corpo educacional teve que se reorientar e criar, através da mediação dos sistemas tecnológicos, formas de prosseguir com as atividades educativas como se presencial ainda fosse, não obstante estarem se valendo dos meios virtuais. Competências técnicas decorrentes dessas mudanças, portanto, foram exigidas, tal como o domínio na utilização de ferramentas, como, por exemplo: *Google Meet*, Plataforma *Moodle*, *Chats* e *Live* (Transmissão ao vivo).

Portanto, em função do estado de calamidade que clamou por soluções céleres que não prejudicassem o aprendizado, criou-se um precedente importante, se aplicado com cautela, isto é, a possibilidade de, em situações excepcionais, a utilização de tecnologias para suprir a demanda por aulas presenciais, que passaram a ser consideradas, por meio do Ministério da Educação - MEC, como totalmente válidas (ROSA, 2020). Nesse sentido:

A sugestão de educação remota na rede pública como um todo, pode ser percebida como um grande equívoco, pois, inviabiliza o acesso ao conhecimento da classe social menos favorecida, por não ter acesso às tecnologias digitais ou não possuírem condições de moradia adequada para acompanhar de maneira satisfatória os momentos de aulas virtuais, pois, moram em residências pequenas com poucos espaços apropriados para poder estudar. Outro ponto de vista é que durante o isolamento social, os familiares estão confinados dentro de casa causando, por muitas vezes, estresse e até violência física e/ou psicológica. Os pais encontram várias dificuldades para ensinar as atividades escolares, dificultado pelo grau de escolaridade familiar. As crianças e os jovens alunos tiveram que se adaptar às plataformas de aulas remotas, neste ponto, a desigualdade social marca e demarca com profundidade as camadas mais vulneráveis (ROSA, 2020).

Um dos países que pode ser usado como parâmetro de modo de enfrentamento da pandemia com a utilização de alternativas consiste na China, cujo ensino passou a ser de forma híbrida, havendo tanto a via presencial quanto a on-line. É importante frisar, aqui, que na condição de primeiro país a enfrentar um grande contágio pela transmissão de aulas pela televisão

De acordo com BIN (2020), a China é mundialmente conhecida pela sua disciplina e seu rigoroso sistema educacional. Cerca de 95 por cento da população é alfabetizada e o governo trata o investimento em educação como uma prioridade. Entretanto, o desafio de dar continuidade aos processos de ensino e aprendizagem impactaram o mundo todo.

O órgão chinês dedicado às questões de educação conseguiu com excelência unir governo com as empresas de tecnologia que podiam criar soluções para educar em larga escala. Empresas como Huawei, Baidu e Alibaba garantiram uma plataforma on-line que suporte ao mesmo tempo até 50 milhões de alunos. E os professores conseguiram usar o Dingtalk, uma plataforma de transmissão ao vivo, para darem suas aulas (VICTOR HUGO BIN, 2020 apud Coronavírus: Como a China educa 180 milhões de alunos que não podem ir para a escola?).

Foi possível verificar como os chineses conseguiram educar no processo pandêmico. No próximo item apresenta-se o desafio da Educação do Brasil, diante da pandemia.

2.1 O contexto de desafio pandêmico para a educação no Brasil

A Constituição Brasileira considera a educação um direito humano, sem o qual não há que se falar em respeito à dignidade da sociedade. No entanto, como já apontado no presente trabalho, diversos são os meios e artifícios utilizados para alijar a educação do *status* de direito e colocá-lo enquanto uma mercadoria, passível de venda e lucratividade ou passível de apoiar a formação de novos trabalhadores, ou apoiar para que trabalhadores possam ser precarizados com disponibilização de cuidados às crianças e jovens.

A Educação como um Direito é apresentada pela lei maior do país, sendo a Constituição Federal de 1988, que argumenta por uma educação acessível a todos e é uma luta antiga e que surge fortemente com a militância da redemocratização do ensino e essa luta ainda percorre no âmbito do direito à educação nos tempos atuais. Para consolidar esse direito existe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA preveem normas e princípios para que tal direito seja garantido e respeitado.

O papel da escola já se sabia ser complexo, para além da educação, para apoiar socialização, dentre outros fatores. A pandemia expôs ainda mais estas demandas sociais, e em países desiguais expôs a violência doméstica, a fome, miséria, questões que a escola permitia até mesmo minimizar pelo tempo as crianças e adolescentes dedicados em ambiente externo as casas. Os fatores de abandono e evasão também se complexificaram, pois se sabia que tinham motivações relacionadas ao desestímulo, ambientes não saudáveis, uso de entorpecentes e outros, e a pandemia também além dos tradicionais elementos que já tornavam a condição da frequência e qualidade da participação difícil, ampliou dificuldades.

Segundo Ferreira (2016), por trás de situações de infrequência, abandono e evasão escolar, existem motivações das mais diversas naturezas: gravidez, falta de conexão dos conteúdos escolares com os interesses e desejos dos estudantes, necessidade imediata de geração de renda para apoiar a família, e na atualidade às questões pandêmicas.

A pandemia a Covid-19 expôs e aprofundou problemas sociais enfrentados no Brasil e ampliando e aprofundando as mazelas, e com isso também a evasão escolar. Digiácomo (2005), define de evasão escolar quando o estudante, por algum motivo, deixa de ir às aulas, abandonando a escola durante o ano letivo e não retornando para se matricular no ano seguinte.

Segundo o Digiácomo (2005), a evasão escolar já era um problema nas escolas brasileiras, mas se tornou ainda mais alarmante com o aumento nos índices de desigualdade, desemprego e violência doméstica no período da pandemia.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílios - PNAD Contínua 2019, pesquisa realizada pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 20,2% das pessoas de

14 a 29 anos do país, cerca de 10,1 milhões, não haviam completado algumas das etapas da educação básica. Os dados revelam que o abandono escolar é ainda maior entre pessoas pretas ou pardas (71,7%) e nas regiões Norte e Nordeste do país. A mesma pesquisa, a PNAD (2019) mostrou que, nos alunos de 14 anos, o abandono nas escolas girou em 8,1%, aumentando para 14,1% aos 15 anos.

Contudo, diante da situação emergencial, governos estaduais e municipais, mesmo sem estruturas adequadas acataram a decisão do ministro da Educação, Milton Ribeiro que estendeu até dezembro de 2021 a permissão para atividades remotas no ensino básico e superior em todo o país.

De acordo com as decisões, os sistemas públicos municipais e estaduais de ensino, bem como as instituições privadas, possuíam autonomia para normatizar a reorganização dos calendários e o replanejamento curricular ao longo do ano letivo, desde que observados critérios, como assegurar aprendizagem e registrar atividades não presenciais. Outra regra definida no parecer flexibilizou formas de avaliação dos estudantes durante a vigência do estado de calamidade pública. Em face da situação emergencial, coube aos sistemas de ensino, secretarias de educação e instituições promover critérios de avaliação para promoção dos estudantes, em relação a currículos e carga horária.

As escolas, portanto, se depararam com a necessidade de concentrar esforços na preparação dos professores para experimentar, inovar, sistematizar o conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem. A situação gerada pela Covid19 evidenciou questões já existentes no ensino presencial, agravou estas situações, e, ainda, antecipou outras, demonstrando a necessidade de investimento em estrutura física e pessoal, para honrar a Constituição Cidadã.

Trouxe à tona, também a necessidade de formação docente para este “reinventar da escola”, promovendo um ensino ativo - cuja expressão, apesar de repisada, não encontra aplicabilidade efetiva na maior parte dos sistemas educativos - tornando, a pedagogia, usuária ativa e indutora das tecnologias.

Entende-se que assentir a estas mudanças não significa aderir à ideia da substituição das escolas por plataformas EaD, sem perder de vista outra lição do momento de isolamento que expôs que a mobilização de tecnologias para as aprendizagens escolares exige a presença ativa, constante e competente do professor bem como definição de momentos de socialização como extremamente importantes.

Aqui se apresenta o entendimento sobre ensino a distância, como modelo de educação feito em formato digital, acessível em plataformas de instituições pela internet, com planejamento, mediado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's). Rodrigues (2020) aponta que por seu turno, o ensino remoto é uma medida emergencial, no qual os professores produzem conteúdos e gravam videoaulas, utilizando diversas plataformas para transmissão.

Assim, como medida emergencial, advogou-se pela necessidade de se utilizar as plataformas digitais em meio à crise de saúde pública, como asseveram as autoras:

Que as atividades presenciais deveriam ser transpostas, por meio de ferramentas digitais, para um modelo de educação remota enquanto durasse a crise sanitária. Tal decisão recebeu, inclusive, suporte legal do Ministério da Educação (MEC) (SARAIVA; TRAVERSSINI e LOCKMANN, 2020, p. 03).

A medida adotada pelo Ministério da Educação (MEC) estabeleceu, portanto, a necessidade do uso de plataformas digitais de forma emergencial, para todos os níveis e modalidades do sistema de ensino, para dar continuidade à escolarização. As orientações se destinaram para as escolas públicas e privadas, regulamentaram a utilização de atividades remotas, enquanto durassem as determinações de isolamento social” (CEE/2020, p.1).

As atividades em formato remoto, portanto aconteceram a fim de amenizar impactos provocados pela pandemia, e exigiram que as instituições se articulassem para o novo formato educativo, sendo cabível a administração de cada um a autonomia para prosseguir com as atividades escolares.

Nessa perspectiva ficou claro que o professor foi também protagonista nesse processo pandêmico, pois teve que se formar, providenciar instrumentos e estruturas (como internet banda larga, aquisição de câmeras, fones, microfones, telefones, computadores, aparelhos de iluminação, cadeiras, dentre outros), com qualidade exigida pelas instituições e pelas famílias que também puderam acompanhar as atividades que passaram a ocorrer sob diferentes olhares.

Obviamente, com o esforço todo também vieram os problemas diversos, bem como as dificuldades em se organizar para atuar frente as novas exigências. Dificuldades de toda ordem, financeiras, técnicas, tecnológicas, dentre outras. Estes profissionais encontraram, portanto dificuldades na execução das tarefas, agora em formato remoto.

Para conhecer um pouco sobre o universo dos desafios envolvidos neste processo, o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), lançou um formulário para saber as possíveis estratégias e desafios das práticas docentes em tempos de pandemia de ensino remoto. Com uma amostra de 3.032 pessoas. A pesquisa elaborada pelo órgão Todos pela Educação, 2020 apontou que:

Contexto brasileiro: professores e a Tecnologia. Professores indicam necessidade de formação para trabalho com tecnologias educacionais:

- 76% buscaram recentemente formas para desenvolver ou aprimorar seus conhecimentos;
- 42% cursaram alguma disciplina sobre o uso de tecnologias durante a graduação;
- 22% participaram de algum curso de formação continuada sobre o tema;
- 67% alegaram ter necessidade de aperfeiçoamento profissional para uso pedagógico

Contexto Brasileiro: Acesso a equipamentos de Tecnologia e Informação e Comunicação (TICs)

- Acesso à internet
- 67% dos domicílios possuem acesso à internet
 - Classe A 99%
 - Classe B 94%
 - Classe C 76%
 - Classe D E 40%
- Principais motivos da falta de acesso
 - 27% alto custo
 - 18% não sabe utilizar
- Dispositivos mais utilizados para acessar a internet
 - 93% dos domicílios brasileiros acessam pelo celular
 - Classe A 100%
 - Classe D E 84%
- 42% dos domicílios brasileiros acessam pelo computador
 - Classe C 47%

- Classe D/E 9%
- TVs nos domicílios brasileiros. Mais de 70 milhões de domicílios possuem TVs (96% do total no Brasil)
 - Classe A 100%
 - Classe B 99%
 - Classe C 97%
 - Classe D/E 92%

(CETIC 2018 b e o INEP 2017, Todos pela Educação, 2020).

É importante lembrar que apesar dessa problemática do acesso à internet e aos aparelhos tecnológicos, o ensino remoto durante a pandemia não se limitou às aulas on-line. De acordo com a conselheira do CNE, Maria Helena Guimarães, em sua participação no Webinário “A Educação frente a Pandemia”, realizado pelo Todos Pela Educação, Conselho Nacional de Educação (CNE) e Banco Mundial, no dia 08 de abril,

O ensino remoto significa um conjunto de atividades de ensino - aprendizagem diversificadas que podem incluir desde vídeo aulas ou ensino on-line, como também atividades impressas enviadas aos alunos, leitura de livros (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Reforçando essa ideia, cabe um trecho da primeira versão da Nota Técnica “Ensino a distância na Educação Básica frente a pandemia da Covid-19”, do Todos Pela Educação:

O ensino remoto não deve se resumir a plataformas de aulas on-line, apenas com vídeos, apresentações e materiais de leitura. É possível (e fundamental!) diversificar as experiências de aprendizagem, que podem, inclusive, apoiar na criação de uma rotina positiva que oferece a crianças e jovens alguma estabilidade frente ao cenário de muitas mudanças (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

O momento ensinou, contudo sobre a urgência em formar docentes para novas práticas pedagógicas, o que inclui o uso ativo e indutivo das tecnologias. Professores que se apropriem das tecnologias e ensinem seus alunos a fazerem o bom uso delas. Para isso, é preciso frisar a importância de mudanças na formação inicial e continuada dos docentes.

Destacam-se, assim, dois pontos: o primeiro é a introdução de uma preparação para o uso das tecnologias educacionais que não se limite a uma disciplina no currículo, mas que tenha aplicabilidade durante o curso e, se possível, nos estágios. O segundo ponto é a necessidade de formações, inicial e continuada, “assentadas em situações -problema e na ativação dos aprendizes” (PERRENOUD, 2002, p. 91) e não em modelos didáticos e pedagógicos e práticas preexistentes. O novo aluno exige uma nova escola e um novo professor, assim como a pandemia exigiu do sistema educacional uma nova roupagem.

Obviamente, mas não tratado com seriedade, o salário da profissão docente também deve ser considerado, pois praticamente toda a classe de professores não possui um salário compatível com as demandas de aparelhos e estruturas necessárias para desenvolver suas atividades com qualidade.

O período de atividades escolares em casa evidenciou que a aprendizagem, além de envolver planejamento e mediação competente de um profissional com formação para tanto, o que, por si só, já é tarefa difícil, envolve também, a capacidade de motivar os estudantes para que se engajem aos processos de aprendizagem - e os pais, em sua maioria, ainda que recebam conteúdos devidamente selecionados e planejados, não conseguem promover esta motivação de modo que seus filhos sejam

independentes e autodeterminados para aprenderem, o que dificulta a realização das atividades e a aprendizagem em casa.

Os docentes tiveram que mediar comunicação e o planejamento para que as aulas no formato virtual fossem desempenhadas eficazmente. Mas mediante as dificuldades elencadas e desafios na efetivação de um bom trabalho, muitos gestores e docentes viveram situações de conflito e dificuldade, Peres (2020, p. 23) discute:

Diante disto, fica evidente a importância do gestor escolar no desempenho de suas funções, entretanto, quando o cenário já se configurava como aparentemente estável, diante de conquistas concretas no processo de gestão escolar, esse contexto se altera radicalmente com as novas demandas causadas pela chegada da pandemia no Brasil (PERES, 2020, p. 23).

Foi perceptível que gestores e educadores foram afetados de forma emocional durante pandemia e por todo o caos provocado pelas mudanças repentinas de planos e de formatos de aula, professores que foram pegos de surpresa e tiveram que tomar posse da complexidade que é ministrar aulas em plataformas digitais, e a intensificação das cobranças por índices desejados e por uma qualidade equivalente a uma aula presencial.

É possível pensar que a partir de tantas novas demandas, a exaustão dos profissionais e a precariedade das condições de trabalho e afetou as competências socioemocionais, desestabilizando estado emocional, assim as autoras Saraiva, Traversini e Lockmann (2020) apontam que: “O trabalho vai além da carga horária contratada e o professor encontra-se disponível nos três turnos para responder às perguntas e tirar dúvidas”.

Houve, portanto, necessidade de planejar atividades, enviar, em formato digital ou físico, e, ainda, ter tempo para receber e corrigir as atividades realizadas pelos discentes (SARAIVA, 2020, p.13). Fica configurada com isso a presumível dupla jornada de trabalho de docentes e gestores, pois estes deveriam gerir e distribuir tarefas e auxiliar os professores, discentes e famílias nas demandas escolares.

Após toda essa movimentação para atividades virtuais, remotas, houve necessidade de novas adaptações, pois novo decreto estabeleceu que as escolas deveriam se adequar para receber 30% do alunado. Para tanto, as instituições tiveram que se adaptar para o espaçamento de 1,5 m exigido pelos protocolos de biossegurança, bem como foi necessária a compra de vários equipamentos como notebook, câmeras, TVs, dentre outros para que as atividades híbridas pudessem ocorrer de forma satisfatória e de qualidade.

Além das estruturas novas demandas, houve necessidade de formação continuada para que o professor pudesse dar conta do novo processo de Ensino-aprendizagem (BRASIL, 2021, DECRETO Nº 3.237, DE 08 DE JUNHO DE 2021).

O termo “híbrida” advém da expressão “*blended learning*” (Metodologia Híbrida) e se refere aos cursos que conciliam o acesso remoto a aulas e recursos didáticos clássicos com a excelência do ensino presencial. Nessa modalidade, as atividades podem ser síncronas, assíncronas, virtuais e presenciais, segundo cada curso.

Conforme explica o pesquisador José Moran (2015), a educação em si já é híbrida por natureza, uma vez que sempre está combinando modelos curriculares, metodologias e diversas formas de aprendizado, misturadas. Para Vigotski (1998, 2001, 2004) o desenvolvimento do indivíduo é um processo construído nas e pelas interações que o indivíduo estabelece no contexto histórico e cultural em que está inserido. A construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de

interação social, e, portanto, é a partir da inserção na cultura que a criança, vai se desenvolvendo (TASSONI, 2000), uma vez que as interações sociais são responsáveis pela aquisição do conhecimento construído ao longo da história.

Na concepção vigotskiana, a mediação é o processo que caracteriza a relação do homem com o mundo e com interação social (BERNI, 2006). A mediação acontece por meio de instrumentos e signos que se interpõem entre o sujeito e o objeto de sua atividade em busca de novas aprendizagens e consequente desenvolvimento (FACCI, 2004).

Sobre a importância da mediação e dos aspectos sociais, Tassoni anuncia:

Quando se assume que o processo de aprendizagem é social, o foco desloca-se para as interações e os procedimentos de ensino tornam-se fundamentais. As relações entre as professoras e alunos, evidenciaram a expressão da afetividade como parte ativa do processo de aprendizagem. As interações em sala de aula são carregadas de sentimentos e emoções constituindo-se como trocas afetivas (TASSONI, 2000, p. 150).

Percebe-se, contudo, que o processo de ensino-aprendizagem precisa de diversos agentes envolvidos, docentes, discentes, gestores, familiares e sociedade engajada para dar condições aos docentes, aos gestores, às famílias e aos discentes. E isso não ocorria com qualidade em nosso país. A pandemia, portanto, acirrou as condições, expôs ainda mais as mazelas do país e as más condições de atuação de todos os profissionais envolvidos no processo, e ainda expôs a importância e falta dos aspectos sociais das atividades escolares, bem como expôs os problemas de violência, fome e miséria nas famílias brasileiras.

Acredita-se que o mundo não será o mesmo, e o termo “voltar à normalidade” não fará sentido, pelo menos, não em relação ao modelo de “normalidade” em que se viveu até fevereiro de 2020. É necessário que o caminho percorrido e as aprendizagens desenvolvidas pelas redes e profissionais da educação para enfrentamento deste período de pandemia sejam mantidos como heranças vivas, permitindo-nos melhor configurar a escola pós-pandemia.

Os debates sobre o papel da escola então se aprofundam neste cenário, pois evidenciam sem segurança e proteção contra violência física e psicológica para estes grupos e fortaleceu o entendimento da escola como ambiente com diversas responsabilidades que vão além da educação.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho fará uso de metodologia quali-quantitativa, com estudo de caso, e aplicação de questionário para grupos de discentes e docentes de uma escola privada localizada em Goiânia-GO.

Conforme apresentado anteriormente, o Brasil possui um histórico em que dificilmente se pode fazer uso de regras gerais para compreensão da dinâmica e complexidade da realidade. Neste sentido, apreender os desafios e dificuldades vivenciadas na educação no país prescinde estudos que se realizem tanto em escolas públicas como privadas. E, cabe destacar que mesmo nestas duas diferenciações iniciais, ainda podem ser encontrados universos distintos. Em função da desigualdade existente no Brasil, nem sempre as escolas privadas recebem crianças e adolescentes de classes abastadas, pelo contrário, em função da grande carga de trabalho dos adultos, muitos recorrem ao ensino privado em função das possibilidades, da proximidade de suas moradias, dentre outros fatores. Por isso mesmo, para compreender a realidade de uma determinada escola privada em Goiânia se optou para a realização de um estudo de caso.

Para Goode e Hatt (2001), o estudo de caso é um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário. Considera a unidade como um todo, incluindo o seu desenvolvimento (pessoa, família, conjunto de relações ou processos etc.). Vale, no entanto, lembrar que a totalidade de qualquer objeto é uma construção mental, pois concretamente não há limites, se não forem relacionados com o objeto de estudo da pesquisa no contexto em que será investigada. Portanto, por meio do estudo do caso, o que se pretende é investigar, como uma unidade, as características importantes para o objeto de estudo da pesquisa.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso representa uma investigação empírica e comprehende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tantos estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. No entendimento de Stake (2000), o estudo de caso caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação que podem abranger. Chama a atenção para o fato de que "nem tudo pode ser considerado um caso", pois um caso é "uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas".

No que diz respeito aos principais dados sobre Educação Básica no Brasil serão utilizados os seguintes estudos e bancos de dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Plano Nacional de Educação - PNE, Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, Índice de Oportunidade da Educação Brasileira – IOEB, Indicador de Desigualdades e Aprendizagens - IDeA, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

No que se refere os principais dados sobre Educação Básica em Goiás serão utilizados os seguintes estudos e banco de dados: Censo Escolar, Instituto Mauro Borges - IMB.

Assim, apresentando variáveis e problemas na educação básica, e especialmente, na educação básica da rede privada, será organizado um levantamento de dados sobre colégio específico localizado em Goiânia-GO. E, a partir da caracterização desta escola, do perfil de discentes e docentes, posteriormente serão realizados levantamento de dados com discentes e docentes para enxergar os desafios vivenciados por cada grupo no cenário pandêmico, e de que maneira a pandemia e seus desdobramentos alteraram as vidas destes grupos.

Para tanto, será desenvolvido um instrumento de coleta de dados o uso questionários *online* semiestruturado cadastrados no Google Formulários ficará disponível pelo período de quinze dias.

Para conhecer documentos, estruturas e gestores da escola serão necessários alguns recursos técnicos como: gravadores, câmeras fotográficas para o registro de entrevistas, fotos e registros dos documentos. Para elaboração dos questionários e da entrevista será necessário utilizar a ferramenta do *google forms*.

No que diz respeito ao levantamento de dados do grupo de gestores da escola, será utilizado o questionário referência do INEP. No entanto, conforme se pode perceber no questionário e material produzido pelo relatório do INEP após a finalização de 2020, docentes e discentes não foram contemplados como vozes para se manifestar sobre os desafios e problemas enfrentados no ano letivo de 2020⁶.

⁶ [https://www.adurn.org.br/midia/noticias/14516/inep-traz-dados-superficiais-no-censo-de-2020-e-nao-aborda-impacto-da-pandemia-entre-estudantes-e-professores\)](https://www.adurn.org.br/midia/noticias/14516/inep-traz-dados-superficiais-no-censo-de-2020-e-nao-aborda-impacto-da-pandemia-entre-estudantes-e-professores)
https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_pesquisa_covid19_censo_escolar_2020.pdf.

Para o levantamento de dados com discentes e docentes foram utilizados como referência o documento do Instituto Península. Com base no Questionário do Instituto Península o questionário para discentes e docentes, será dividido em três seções:

- 1^a. seção contém informações sobre os objetivos e a natureza da pesquisa,
- 2^a. seção apresentará perguntas sobre o perfil socioeconômico dos participantes,
- 3^a. seção perguntas voltadas para os problemas vivenciados no cenário pandêmico, e, por fim, será possibilitado comentário, critica ou sugestão para que abordem livremente algum item que, porventura, não tenha sido contemplado no questionário.

No caso do questionário a ser aplicado para docentes, o Colégio Professora Yolanda possui 40 docentes, sendo assim, serão aplicados questionários para os professores. Portanto, a pesquisa contará com a participação dos professores das áreas de Ciências, Biologia, Português, Matemática, Geografia, História e Inglês.

No caso do questionário a ser aplicado para discentes, o Colégio Professora Yolanda possui 340 discentes, sendo assim, o questionário será enviado especialmente via e-mail e número de telefone celular.

No que diz respeito às estratégias adotadas pela escola para enfrentar os desafios do cenário pandêmico, serão levantados e analisados atas e documentos da escola para avaliar as ações planejadas e executadas.

Reunindo elementos conceituais, teóricos, e de documentos formais de órgãos nacionais e estaduais, e avançando para apresentação da estrutura da escola, e dos dados levantados a partir dos questionários com docentes e discentes, e dos documentos e registros das estratégias adotadas para enfrentamento dos problemas do cenário pandêmico se considera que será possível analisar as estratégias utilizadas pela escola no enfrentamento da conjuntura pandêmica, desafios enfrentados, tais como demandas por sanitização, revezamento no recebimento dos grupos escolares, controle de quantitativo de discentes em sala de aula, evasão, dentre outros.

4. RESULTADOS

Diante de todas as dificuldades ocasionadas por essa pandemia de 2020, a área educacional tem sofrido duras consequências, a paralisação do ensino presencial em todas as escolas, tanto públicas quanto privadas, toda a comunidade escolar, em todos os níveis de ensino.

Neste contexto sobre a Educação na conjuntura pandêmica fez-se uma reflexão sobre o impacto que a crise da Covid-19 teve e ainda tem nos diversos setores inclusive o da Educação, impactos estes diretamente relacionados a diversas questões, perda de emprego, diminuição de renda, falta de acesso a equipamentos como telefone, computadores, falta de acesso à internet com velocidade rápida, bem como questões de desenvolvimento do aprendizado, dificuldade para acompanhar aulas remotas.

O presente trabalho chamou a atenção para os problemas e desafios vivenciados pelos docentes também que tiveram suas casas transformadas em salas de aula, muitos com filhos também, tendo que se dividir ou escolher entre atuar, trabalhar, e acompanhar os próprios filhos no acesso as atividades educacionais. Divisão de aparelhos, computador, telefone, entre professores que na condição de pais, fizeram adaptações em cotidiano, casa, relações, e enfrentaram os mais diversos problemas com aumento dos custos de energia, aquisição de aparelhos, dentre outros aspectos. Enxergar um pouco destes desafios em Goiânia e em uma escola privada se fez objeto, especialmente

para expor a complexidade das questões relativas à educação no Brasil, que não apenas se fazem presentes na discussão entre o ambiente de escola pública e privada.

4.1 O enfrentamento da Pandemia na Educação em Goiânia

Goiânia é a capital de Goiás, construída na década de 1970 para ser sede do poder público e atualmente com população estimada pelo IBGE em 2021 de 1.555.626 habitantes. Goiânia tem taxa de escolarização de 96,4% (2010), renda per capita de R\$34.901,35 (2019), IDH de 0,799 se poderia considerar que Goiânia é uma capital com condições razoáveis, no entanto, como em todo o território nacional, Goiânia abarca condições de desigualdade em seu território.

As desigualdades sociais que se materializam na diferenciação dos tipos de moradia nos bairros e/ou na sua localização, também podem ser observadas no ambiente escolar por meio da análise das condições socioeconômicas existentes entre alunos e professores do Colégio Professora Yolanda, instituição privada de Goiânia-GO.

E, conforme foi discutido ao longo do trabalho, as desigualdades se tornaram ainda mais exacerbadas e perceptíveis, no ano letivo de 2020, em decorrência da pandemia gerada pela Covid-19, onde o ensino ganhou outra configuração atingindo uma pequena parcela dos discentes deste espaço.

Na capital de Goiás, em Goiânia, a prefeitura durante a parte inicial da pandemia do coronavírus buscou implantar adaptações urgentes na rotina da comunidade goianiense.

A Secretaria Municipal de Educação e Esporte (SME) atuou, desde março/2020, para tentar dar conta dos desafios, conforme outras localidades do Brasil e mundo, dentre diversas medidas implantadas houve o lançamento do projeto Conexão Escola e a formação para 11 mil professores da Rede Municipal de Ensino (RME), a partir de então a SME buscou aprimorar o atendimento à comunidade escolar, implementando ações, estratégias e metodologias envolvendo o uso de tecnologias e mídias digitais a partir de mapeamento e verificação de viabilidade para implantar o ensino remoto aos alunos atendidos pela RME.

No entanto, o cenário apresentado pela própria Secretaria se colocava altamente complexo, pois de acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE (2019), sobre acesso à internet e a televisão: 85% dos 26 mil entrevistados tinham algum acesso à internet e 97% possuíam televisão com canais abertos em casa.

No que diz respeito às ações vinculadas aos discentes, estes dados permitiram início das atividades através de ferramentas gratuitas para orientação de discentes, docentes e pais e responsáveis para estabelecimento de rotina de estudos durante o período de isolamento. Foi lançado também um serviço de teleatendimento de mediação de conflitos, com sugestões, ações e alternativas que podiam possibilitar um convívio familiar harmônico neste período⁷.

Outra ação realizada através do poder público foi a ação "Conexão Escola" que se configurou como uma plataforma de atividades pedagógicas complementares para a Educação Infantil à Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA) e com atividades também com intérpretes de Libras, orientações e dicas para responsáveis de educandos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

⁷ Para conhecer mais sobre os encaminhamentos do poder público em Goiás é preciso consultar endereços virtuais dos órgãos do governo estadual e municipal. Neste caso o endereço em questão é: <<https://www.goiania.go.gov.br/sme-divulga-balanco-de-acoes-durante-pandemia/>>.

No que diz respeito aos educandos sem acesso à internet, foi lançado um programa chamado Programa Conexão Escola com atividades complementares disponibilizadas para linguagem televisiva e veiculadas em emissoras de canal aberto como parceiras – Sistema Sagres e TV UFG.

Com o intuito de reduzir a desigualdade no atendimento aos estudantes, foram consideradas e operacionalizadas disponibilização de atividades impressas, pelas escolas, a serem buscadas pelos pais e desenvolvidas pelos estudantes que não possuem acesso à internet.

Com relação às demandas por acesso às merendas, alunos matriculados na Rede Municipal atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), foi estruturada uma resolução que regulamentou aquisição e distribuição de itens alimentícios durante o período de emergência, possibilitando a distribuição de 107.711 kits de merenda.

No que diz respeito ao atendimento e consideração das atividades docentes, a SME estruturou formações em EaD para os professores regentes lotados nas instituições da Rede com intuito de apresentar orientações metodológicas quanto à elaboração das atividades destinadas à plataforma e o programa Conexão Escola, bem como produção de conteúdos audiovisuais. Para apoiar demandas de docentes também foram considerados novos processos e procedimentos como por exemplo para solicitações de Licença Prêmio, Aposentadoria e Auxílio-natalidade com orientações para abertura dos protocolos on-line, pelo site de SME.

No que diz respeito às estruturas das instituições, considerando o retorno das atividades presenciais e suas novas demandas como necessidade de manutenção de distanciamento, houve planejamento para provável retorno e aquisição e distribuição de novos itens de mobiliário.

Diante de várias medidas a SME adiantou o planejamento para um provável retorno das aulas presenciais no segundo semestre. A SME deu início, no último dia 10/03/2021, à distribuição de itens de mobiliário. Portanto, as instituições receberam novas mesas para refeitório, bem como foram consideradas demandas novas por procedimentos e processos.

Desta maneira ficam evidentes esforços por parte do poder público para dar conta das novas demandas para atender discentes para acessar atividades de ensino e aprendizagem, bem como atividades complementares no bojo do contexto pandêmico. Bem, como foram sendo estruturadas as instituições para o possível retorno presencial com restrições.

No entanto, para conhecer um pouco do que se realizou em instituições privadas, serão trazidos elementos obtidos em questionário e levantamento de dados em instituição de ensino privada.

Diante da situação apresentada a educação privada teve que se reorganizar para dar continuidade ao seu trabalho em meio a uma crise na saúde pública, estes atores da comunidade escolar tiveram que se articular para o bom funcionamento da educação num sistema remoto.

4.2 O Colégio Professora Yolanda

No que diz respeito a uma caracterização geral, o Colégio Professora Yolanda atende a modalidade da Educação Básica em Goiânia e está situado na região norte, Setor Guanabara. A instituição de ensino completou trinta e dois (32) anos de existência em 2021. A história da escola começou no ano de 1989, com instalações no Jardim Guanabara I, até então, com séries até o 2º ano do Ensino Fundamental e aos poucos, foram inserindo todas as séries do Ensino Fundamental I (de maternal ao 5º ano). Destaca-se que a instituição é de natureza privada com fins lucrativos.

O Colégio Professora Yolanda atua com 44 profissionais e, de acordo com sua infraestrutura é uma escola com acessibilidade, seu espaço é dividido em sala de aula, biblioteca, cozinha, laboratório de informática, quadra de esporte, sala de leitura, sala da diretoria, sala dos professores.

A escola disponibiliza internet banda larga, aparelho de DVD, impressora, computadores, copiadora, retroprojetor, TV. Em 2022 o Colégio Professora Yolanda oferece todos os cursos da Educação Básica, desde a Educação Infantil até a 3^a série do Ensino Médio.

A proposta pedagógica do Colégio Professora Yolanda é fundamentada na teoria sociointeracionista. A proposta sociointeracionista ressalta a importância da interação do sujeito com o meio em que vive. Nessa teoria, o sujeito é aquele que forma o conhecimento através da interação com outras pessoas, durante o processo histórico, cultural e social pelo qual passa em sua vida. Por isso, a aplicação do sociointeracionista é importante desde cedo, já que o ponto inicial do conhecimento que é levado para a vida surge na infância.

Para Vigotsky (2000), as pessoas só adquirem cultura e linguagem, além de se desenvolverem historicamente e de estimularem o raciocínio, se estiverem inseridas em meios sociais com outras pessoas. Dessa forma, uma das vantagens da proposta sociointeracionista nas escolas é o incentivo à interação e à participação com outros alunos, além do aprendizado com os professores, e não apenas pelo conteúdo da disciplina que é passado em sala de aula.

O Ensino Médio do Colégio Professora Yolanda teve início com uma turma de 1^a série, no ano de 2008 contabilizando um total de 16 alunos. Como ainda não havia um espaço específico para o ensino médio, os alunos dividiam o mesmo espaço com o Ensino fundamental II. O crescimento do Ensino Médio no COPY (Colégio Professora Yolanda) foi se dando de forma gradativa e, no ano de 2009 disponibilizavam turma de 2^a série, uma vez que mantiveram todos os alunos de 2008, e uma sala de 1^a série. No final de 2009, foi feito um projeto para a construção de dois novos andares com salas exclusivas para o Ensino Médio. Em 2010 os alunos que haviam dado início à primeira turma do Ensino Médio fariam seu primeiro vestibular.

A escola alcançou 563,08 pontos no ENEM de 2019, nas áreas de conhecimentos de Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e Códigos, sendo uma taxa de 26% na sua participação.

Os alunos do Colégio Yolanda, 80% dos discentes receberam aprovação nos vestibulares do Estado de Goiás (Federais, Estaduais e Particulares), além de concursos na área militar. E não para por aí, o prédio do Ensino Médio ficou pronto e a quadra do colégio foi coberta, beneficiando não apenas os alunos do Ensino Médio, mas também os alunos da Educação Infantil, Fundamental I e Fundamental II (PPP do Colégio Yolanda – 2019).

De acordo com censo escolar de 2020 o colégio possuía 353 matriculados, sendo que dos alunos matriculados não houve reprovação e nem evasão.

De acordo com o censo escolar de 2020 o índice de rendimento escolar foi de 100%. Sabe-se que o Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira e que os índices de evasão são controlados pelos colégios e também pelo governo brasileiro. É importante ressaltar que acima de 5% a situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar e diante dos gráficos acima esse problema não está presente na instituição de estudo. Quanto ao índice de reprovação, se este ficar acima de 15% é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série. Percebe-se que através dos gráficos o Colégio Professora Yolanda não apresenta problemas com reprovação, ou melhor o nível de aprovação atinge os 100%.

Os dados de Taxa de Rendimento foram obtidos diretamente de planilhas divulgadas pelo INEP na página de Indicadores Educacionais. O INEP divulga apenas as porcentagens. O Exame

Nacional do Ensino Médio também está associado a outras provas e indicadores de qualidade educacional no país, como o ENADE e os sistemas de avaliação das faculdades.

Para conhecer as características do cenário específico de pandemia, a seguir serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa e levantamento de informações por questionários.

5.3. Desafios e resultados – Questionários Discentes, Docentes e Gestores

Apresentar as percepções dos discentes, docentes e Gestores em relação ao enfrentamento dos Desafios da Educação Básica do Colégio Yolanda no período da pandemia, relacionada ao ano de 2020 se apresenta como objetivo desta etapa.

Para conhecer e problematizar os desafios da pandemia em uma instituição privada de ensino foram entrevistados discentes, docentes e gestores.

As composições dos questionários foram elaboradas dezesseis (16) perguntas objetivas para os discentes e para os docentes e gestores foram compostas por onze (11) perguntas objetivas e duas (02) subjetivas. As perguntas foram baseadas nos questionários de referência do INEP.

O questionário foi aplicado entre os dias 11/08 a 09/09/2022, a pesquisa foi respondida por 68 alunos e 13 docentes e alguns gestores.

A partir dos questionamentos feitos logo na introdução deste trabalho foram realizadas as inferências a respeito das respostas do questionário aplicado a comunidade escolar do Colégio Yolanda. A leitura e análises dos gráficos foram iniciadas pelas respostas dos discentes.

Foi possível perceber opiniões e sugestões acerca dos desafios enfrentados na conjuntura pandêmica os docentes e gestores não alegaram demanda por melhores estruturas para exercer suas atividades, não consideraram o papel do estado em seu fazer profissional, por exemplo. Obviamente se trata de uma pesquisa com universo pequeno, e os docentes e gestores nem sempre se sentiram livres para se expressar de maneira aberta sobre determinadas questões, por algum receio com relação às suas posições, por exemplo. Mas, chama a atenção que a educação no Brasil seja tratada com esta divisão entre pública e privada, como se houvesse apenas duas faixas ou classes sociais no país, em que a educação privada atendesse classes abastadas, e mais, como se as instituições privadas dispusessem de trabalhos com salários que permitissem docentes ascenderem às classes abastadas.

Assim se evidencia a complexidade do tema, a necessidade da compreensão dos universos atendidos pelas instituições privadas, como é heterogêneo, bem como o universo de composição dos trabalhadores que atuam nestas instituições, como também se apresenta como profissionais ligados às classes sociais que não são abastadas. Em um país em que boa parte da população pode ser considerada como pobre, não considerar as demandas docentes e discentes de instituições privadas como responsabilidade também do estado pode ser compreendido como falta de entendimento da realidade nacional.

Compreender melhor a realidade nacional, as demandas da educação tanto para docentes e discentes portanto se coloca como sugestão para futuros trabalhos. Considerar a importância da estrutura para docentes e discentes, tanto das públicas quanto das privadas, especialmente das privadas que atendem filhos da classe trabalhadora se coloca também como sugestão para estudos futuros.

A formação docente, por exemplo, se colocou como objeto de pesquisas ao longo das últimas décadas (LIBANEO, 2004; CASTANHO e COSTA, 1999; BASSO, 1998; TUNES, TACCA e BARTHOLO JÚNIOR, 2005), e sempre apresentou perspectivas teóricas da psicologia histórico-cultural, e estimulou a compreensão do desenvolvimento do ser humano por meio da apropriação dos elementos socioculturais que devem estar vinculados à formação dos professores e à compreensão da realidade sempre em transformação do contexto escolar.

Diante dessa visão, o homem analisado como ser histórico, social, dinâmico e este entendimento que remete à dialética, apresenta que a perspectiva histórica e dinâmica aponta a transformação da sociedade, e a necessidade de a sociedade acompanhar e ser parte das transformações. “De acordo com a perspectiva dialética, sujeito e objeto de conhecimento se relacionam de modo recíproco (um depende do outro) e se constituem pelo processo histórico-social”. (Rego, 2002, p 98). Bem como aponta a necessidade da compreensão da realidade vivida para pensar as transformações.

Com relação ao processo de aprendizagem este também se apresenta dinâmico, e relacionado ao seu tempo e espaço, é também coletivo e para que este processo se configure de tal maneira é preciso constante interação e formação.

O compromisso com a educação na sociedade contemporânea impõe, portanto um olhar para as questões de conjuntura, de dinâmica social, bem como às questões centrais do processo educativo (o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado) e avança para a necessidade de se compreender a realidade complexa que se tem em cada espaço, como por exemplo, no caso do Brasil, não permitindo que o Estado e os governos por exemplo, considerem esta divisão entre instituições públicas e privadas de maneira tão precária, pois a formação da sociedade depende do bom andamento destas instituições, que não são, como se pôde perceber ao longo deste trabalho, heterogêneas, envolveram seus profissionais e discentes nas transformações exigidas pela conjuntura, mas não foram capazes, por exemplo, por elas mesmas de considerar as estruturas necessárias para a qualidade das atividades dos docentes e dos discentes.

Neste sentido o trabalho apresenta como conclusão a apresentação de um cenário de conjuntura pandêmica em uma instituição específica, mas que apresentou a heterogeneidade e complexidade da educação no país.

5. CONCLUSÃO

O estudo DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PANDEMIA: análise das formas de gestão e enfrentamento em escola da rede privada de Goiânia-go – o caso do Colégio Professora Yolanda, para elaboração dessa dissertação foi necessária uma revisão bibliográfica que foram elencados alguns autores de destaque desta obra como: Alves, Antunes, Aranha, Bacich, Moran, Anísio Teixeira entre outros, além da revisão bibliográfica o trabalho teve como parte central o estudo de caso.

O objeto de estudo dessa dissertação foi a instituição privada denominada como Colégio Professora Yolanda, situada na cidade de Goiânia-GO, localizada no setor urbano no bairro Guanabara. A Instituição atende a modalidade da Educação Básica, sendo da Educação Infantil ao Ensino Médio. Vale ressaltar que no censo escolar de 2020 o colégio possuía 353 matriculados. Essa instituição de ensino completou trinta e dois (32) anos de existência no ano de 2021.

O objeto de estudo teve, portanto, alguns objetivos que foram analisar os desafios e formas de enfrentamento na educação básica, as diferenças existentes no enfrentamento dos desafios da pandemia para o grupo dos docentes e dos discentes em um mesmo ambiente escolar, e fornecer subsídios para debate de políticas públicas e enfrentamento dos desafios pelos diferentes grupos que frequentaram.

A dissertação foi dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresentou os desafios da Educação na pandemia, ressaltando que a sociedade contemporânea, mais do que em outros tempos da história, foi caracterizado pela pluralidade cultural e pela diversidade que se somam e forma o todo social. No capítulo foram abordados elementos constitutivos da Educação e a História da Educação no Brasil, e a organização desta em suas diferentes etapas, especialmente chamando a atenção para o processo que gerou o fenômeno da existência de escolas públicas e privadas, mas sempre também buscando expor a heterogeneidade das escolas privadas e do perfil atendido pelas escolas privadas no Brasil.

O terceiro capítulo apresentou a metodologia definida para analisar de que maneira os processos e desafios da pandemia impactaram escolas privadas, especialmente de que maneira este impacto também se pode verificar em grupos de docentes e gestores e discentes. No que diz respeito aos principais dados sobre Educação Básica no Brasil foram utilizados os seguintes estudos e bancos de dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Plano Nacional de Educação - PNE, Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, Índice de Oportunidade da Educação Brasileira – IOEB, Indicador de Desigualdades e Aprendizagens - IDeA, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. No que se referiu aos principais dados sobre Educação Básica em Goiás foram utilizados os seguintes estudos e banco de dados: Censo Escolar, Instituto Mauro Borges - IMB.

Para elaboração dos questionários e da entrevista foi necessário utilizar a ferramentas do *google forms*. No que diz respeito ao levantamento de dados do grupo de gestores da escola, foi utilizado o questionário referência do INEP. Para o levantamento de dados com discentes e docentes foram utilizados como referência o documento do Instituto Península. Com base no Questionário do Instituto Península o questionário para discentes e docentes, foi dividido em três seções: 1^a. seção contém informações sobre os objetivos e a natureza da pesquisa; 2^a. seção apresentará perguntas sobre o perfil socioeconômico dos participantes; 3^a. seção perguntas voltadas para os problemas vivenciados no cenário pandêmico, e, por fim, foi possibilitado comentário, crítica ou sugestão para que abordem livremente algum item que, porventura, não tenha sido contemplado no questionário.

No caso do questionário que foi aplicado para docentes, do Colégio Professora Yolanda, é importante dizer que a instituição possui 40 docentes, sendo assim, foram aplicados os questionários para os professores, mas apenas 13 profissionais concordaram em participar da pesquisa. Portanto, a pesquisa contou com a participação dos professores da Educação Básica.

O questionário aplicado para discentes, o Colégio Professora Yolanda possui 340 discentes, e apenas 68 alunos participaram da pesquisa. Esses estudantes pertencem ao Ensino Fundamental e Médio.

O capítulo de resultados teve a intenção de apresentar o contexto sobre “A Educação na Conjuntura pandêmica” foi realizada uma reflexão sobre o impacto que a crise da Covid-19 tem nos diversos setores inclusive o da Educação. O aumento está diretamente relacionado a diversas questões, perda de emprego ou renda, e alunos com dificuldade para acompanhar as aulas remotas.

Diante de todas as dificuldades ocasionadas por essa pandemia de 2020, a área educacional sofreu duras consequências, a paralisação do ensino presencial em todas as escolas, tanto públicas quanto privadas, toda a comunidade escolar, em todos os níveis de ensino.

Essa dissertação chamou atenção para os problemas e desafios vivenciados pelos docentes que tiveram suas casas transformadas em salas de aula, muitos com filhos também, tendo que se dividir ou escolher entre atuar, trabalhar, e acompanhar os próprios filhos no acesso as atividades educacionais, sendo necessário a divisão de aparelhos, computador, telefone, entre professores que na condição de pais, fizeram adaptações em cotidiano, casa, relações, e enfrentaram os mais diversos problemas com aumento dos custos de energia, aquisição de aparelhos, dentre outros aspectos. Foram tempos nunca antes vistos na história da humanidade, pois foram momentos em que todas as nossas relações sociais foram afetadas, com prejuízos imensuráveis, não apenas de natureza econômica, mas de toda civilização típica do ser humano. Toda essa situação causada pela disseminação do coronavírus obteve consequências imensuráveis, e uma das áreas que foi afetada negativamente por essa pandemia foi a educação.

A pesquisa do estudo de caso em questão demonstrou que, por sua vez, mesmo em crise causada pelo COVID-19, a educação no Colégio Yolanda continuou ensinando e aprendendo por meio dos cursos à distância, remoto ou híbrido.

Foram inúmeras as barreiras ao ensino a distância, remoto ou híbrido, entre elas percebeu a pouca prontidão para usar a tecnologia da informação, mesmo dizendo no questionário representado pela figura 7 (Gestores e docentes) – Todos os profissionais concordaram 100% que houve treinamento para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial, mas é perceptível a incoerência nas respostas, pois nas figuras 10 e 11 aonde os gestores e professores relatam os desafios vivenciados para atuação profissional no cenário de conjuntura pandêmica e sugestões de melhorias para a atuação profissional após ter vivenciado essas experiências. Nestes dois itens deixaram claro a necessidade da formação continuada no uso das tecnologias, no engajamento dos alunos e nas relações entre as famílias.

Enfim, a realização desta pesquisa constituiu-se de suma importância, uma vez que para além das práticas pedagógicas, os estudos e especialmente, a teoria dos estudos proporcionou a ampliação do olhar para o cenário vivenciado, a heterogeneidade e complexidade da rede de ensino no Brasil, e especialmente a heterogeneidade e complexidade da rede privada de ensino, que não atende apenas uma classe abastada da sociedade brasileira. Assim, considerar políticas públicas para a educação exige um olhar para as escolas privadas, especialmente as que atendem filhos dos trabalhadores que também precisam de investimentos em sua formação, bem como obviamente as escolas públicas atendem famílias, em geral, que necessitam de apoio do estado. Também o trabalho buscou apontar que a classe dos professores, mesmo em se tratando de escola privada precisa de suporte, pois a formação das crianças, jovens e adultos depende de profissionais bem formados, bem estruturados, assessorados, para que o país possa garantir educação de qualidade para todos.

Expor que grande parte do grupo escolar, docentes e discentes não dispuseram de suporte, não receberam materiais, mobiliários e equipamentos para dar conta das atividades na pandemia aponta que uma política por educação de qualidade no país deve ter um olhar para escolas privadas, especialmente para pequenas e médias que atendem a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fabiana Cezário de. **Os livros didáticos de matemática para o ensino fundamental e os Temas Contemporâneos Transversais:** realidade ou utopia? Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2007.
- ALMEIDA, M. E. **Informática e formação de professores.** Brasília: Ministério da Educação, 2000
- ALVES, L. **Educação remota:** entre a ilusão e a realidade. Interfaces Científicas Educação, v. 8, n. 3, pág. 348-365, 2020.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** Elaboração de trabalhos de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ANTUNES, Celso. **A prática dos quatro pilares da Educação na sala de aula;** fascículo 17 / Celso Antunes. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. – (Coleção Na Sala de Aula)
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Brasil no Século XX: o desafio da educação. In: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação.** 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia.** São Paulo: Moderna, 2006.
- BACICH, L; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma aprendizagem teórico-prática.** 2018.
- BACICH, L; NETO, A.T; TREVISANE, F.M (Org.). **Ensino híbrido:** personalização e tecnologia na educação. [recurso eletrônico] Porto Alegre. Penso, 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=H5hBCgAAQBAJ&lpg=PT5&ots=hCl33tEWz&dq=ensino%20h%C3%ADbrido&lr=lang_pt&hl=ptBR&pg=PT62#v=onepage&q=ensino%20h%C3%ADbrido&f=true>. Acesso em: 15.set.2019 às 21:17h.
- BELLO, Luiz de Paiva. **História da Educação no Brasil.** Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/>>. Acesso em 20.mar. 2017 às 9h.
- BENTO, Elaine Gonçalo. **O Desenvolvimento das Competências Socioemocionais no Ensino Médio em Tempos de Pandemia da Covid-19.** Disponível em <<http://file:///C:/Users/rosimeire.costa/Downloads/6269.pdf>>. Acessado em 15.set.2020 às 22h.
- BORBA, R. C. N.; TEIXEIRA, P. P.; FERNANDES, K. O. B.; BERTAGNA, M.; VALENÇA, C. R.; SOUZA, L. H. **Percepções docentes e práticas de ensino de Ciências e Biologia na pandemia:** uma investigação da Regional 2 da SBEnBio. Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio, p. 153-171, 2020.
- BOTLER. Alice. Rapp. **Juventude e Escola:** Violência e Princípios de Justiça em Escolar de Ensino Médio. Cad. CEDES, vol.40, no.110, Campinas Jan./Mar.
- BRASIL. **Constituição (1988):** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. ECA. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em 09.out.2020 às 22h.

BRASIL. Juventude e Pandemia do Coronavírus. Conjuve. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JUNHO 2020. Ceára. 2020. Disponível: <<https://www.ceara.gov.br/2020/05/20/sejuv-divulga-pesquisa-sobre-juventude-e-pandemia-de-coronavirus/>>. Acesso em 08.out.2020 às 19h.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. MEC, 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em Acesso em 21 Mar. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASTRO CM. **A prática da pesquisa.** São Paulo: McGrawHill do Brasil; 1978:88.

CHIZZOTTI A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Vozes; 2006:135.

CORDEIRO, K. M. A. O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. 2020. Disponível em: <<http://oscardien.myoscar.fr/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20>>. Disponível em 15.out.2020 às 22h15min.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira. In: VELLOSO, Jacques et al. **Estado e Educação.** Campinas. Disponível em <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1088/827>>. Acesso em 19.out.2020 às 21h.

DAHER, Tânia – Texto **O PROJETO ORIGINAL DE GOIÂNIA.** Disponível em 2003: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/06_projetooriginal.pdf> às 9h27min.

DAMBROS, Marlei; MUSSIO, Bruna Roniza. **Política educacional brasileira:** a reforma dos anos 90 e suas implicações. Disponível em <http://xanpedsl/faed.udesc.br/arq_pdf/656-1.pdf>. Acessado em 18.out.2021 às 19:43h.

DEWEY, John. **Como pensamos:** como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo, uma reexposição. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, seção 1, p. 28. CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica). Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12346-9-dezembro-2010-609639-norma-pl.html>>. Acesso em 13.abr.2018 às 22h.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Evasão escolar:** não basta comunicar e as mãos lavar. 2005. Disponível em <<https://crianca.mpapr.mp.br/pagina-825.html>>. Acesso em 15.mai.2016 às 19h.

FACCI, M. G. D. **A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigostki.** Cadernos CEDES, Campinas, v. 24, n. 62, p. 64-81, abr. 2004.

FERREIRA, F. A. **Fracasso e evasão escolar.** 2013. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/article/view>>. Acesso em 20.mai.2016 às 16h45min.

FREIRE, Madalena. A Formação Permanente. In: Freire, Paulo. **Trabalho, Comentário, Reflexão.** Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 40.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção Magistério, 2º grau. Série formação do professor).
- GIL A.C. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas; 1995.
- GOLDENBERG M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record; 1997.
- GOODE WJ, Hatt PK. **Métodos em pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1979.
- KALINKE, Marco Aurélio. **Para não ser um professor do século passado**. Curitiba: Gráfica Expoente, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIMA, Maria Socorro Lucena. **A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento**. (Tese de doutorado). Faculdade de Educação - USP, 2000.
- LÜDKE M, André MEDA. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU;1986.
- MEC, 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em Acesso em 21.mar.2018. CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica). Parecer Nº 11, de 7 de outubro de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
- MORAES, Mara Sueli Simão et al. **Temas Político-Sociais/ Transversais na Educação Brasileira**: o discurso visa à transformação social? Reflexões da disciplina Temas Contemporâneos Transversais em Educação. Faculdade de Ciências. UNESP. Bauru, 2002.
- MORALES, R. **Educação e Neurociência**: uma via de mão dupla. REUNIÃO DA ANPED, 28. Caxambu, 2005. Disponível em <<http://28reuniao.anped.org.br/textos>>. Acesso em 8.mar.2013 às 19h40min.
- MORAN, J.M. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. campinas, 2012.
- MORAN, J.M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**/José Manuel Moran. Marcos T. Masetto, Marilda Aparecida Behrens. 21.ed. rev e atual. – Campinas, SP: Papirus, 2013 (Coleção Papirus Educação).
- NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, M. K. O problema da afetividade em Vygotsky. In: LA TAILLE, Y. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. 12. ed. São Paulo: Simmus, 1992.
- OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- OLIVEIRA. Ramon. A Reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia. São Leopoldo. Educação Unisinos–v.24, 2020 (18861).

PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação**. 9.ed. São Paulo: Ática, 1997.

PILETTI. **História da Educação no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1986.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

ROCHA, L. **Transmissão do novo coronavírus pode ter começado em novembro**. Portal Fiocruz, Rio de Janeiro, 27 fev. 2020. Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/noticia/transmissao-do-novo-coronavirus-pode-ter-comecado-em-novembro>>. Acesso em 3.dez.2020 às 18h55min.

RODRIGUES, Neidson. **Lições do Príncipe e outras lições**. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. Joana paulin Romanowski. 3. ed. rev.e.atual. Curitiba: Ibepe, 2007.

SANTO, Ruy. **Pedagogia da Transgressão: um caminho para o autoconhecimento**. Ruy Cesar do Espírito Santo. Ed. Revista. São Paulo: Ágora, 2011.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **História Antiga e Medieval**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1991.

SARAIVA, Karla. **A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente**. Disponível: <file:///C:/Users/rosimeire.costa/Downloads/praxiseducativa,+94+-+Dossi%C3%AA+-+Artigo+Karla+Clarice+e+Kamila_14+ago+2020.pdf>. Acesso em 15.mai.2021 às 15h.

SILVA, Renan Costa da. **Projeto Formação continuada de Professores das Redes públicas**. Disponível em <<https://blog.maxieduca.com.br/formacao-continuada-professores/#:~:text=Em%20um%20pa%C3%ADs%20com%20a,recursos%2C%20tanto%20t%C3%A9cnicos%20quanto%20financeiros>>. Acesso em 08.02.2018 às 21h.

SOUSA, R. P.; MOITA, F. M. C.; CARVALHO, A. B. G. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

STAKE RE. Case studies. In: Denzin NK, Lincoln YS (eds). **Handbook of qualitative research**. London: Sage; 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TASSONI, E. C. M. **A dinâmica interativa na sala de aula**: as manifestações afetivas no processo de escolarização. 291 f. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

TASSONI, E. C. M. **Afetividade e aprendizagem**: a relação professor-aluno. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 23., 2000, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2000. Disponível em <<http://www.cursoavante.com.br/cursos/curso40/conteudo8232.PDF>>. Acesso em 10.out.2013 às 22h.

TASSONI, E. C. M. **Afetividade e produção escrita**: a mediação do professor em sala de aula. 233 f. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

TORI, Romero. **Educação sem distância**: as tecnologias interativas na redução de distância em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2010.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir.** Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 6. ed. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 1996.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa.** Disponível em <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/200705/a2007v20n05_art10.pdf>, às 21h25min.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

YIN R. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.